

A HISTÓRIA DE LUTA E A IDENTIDADE CAMPONESA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA/PB

Rayane Aquino Borges; Prof.^a Ms. Rita de Cássia Cavalcante

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

rayaneaquinoborges@gmail.com

rcassiaed@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo Analisar a História da Luta pela Terra e a Identidade Camponesa dos/as Trabalhadores/as do Projeto de Assentamento Santa Lúcia, situado no município de Araçagi – PB. Esse trabalho evidenciará uma abordagem histórica da luta contra o latifúndio e em favor da reforma agrária, desenvolvido a partir da desapropriação da terra do referido assentamento, ressalta a construção da identidade camponesa desses/as assentados/as em momentos da Luta e organização na terra e nos diferentes espaços da produção da agricultura familiar e da formação do sujeito sem terra. A motivação maior desse estudo surge intimamente relacionada às atividades que desenvolvemos no assentamento, o que requisitou de nós, a necessidade de sistematização dessa pesquisa, uma vez que não existia qualquer registro da história do assentamento. Para realização do trabalho por tratarmos do registro das memórias da luta, utilizamos do aporte metodológico da abordagem qualitativa em História Oral, estabelecendo uma relação de comprometimento com as experiências de vida dos/as assentados/as, o que nos levou a realizar visitas de campo e entrevistas orais para que pudéssemos construir mais um episódio da história e luta pelo direito do povo à terra, dessa vez a partir da voz dos/as trabalhadores/as desse assentamento. Os resultados obtidos revelam como os/as trabalhadores/as do PA Santa Lúcia resistiram às pressões e repressões do fazendeiro e como se portaram diante dos enfrentamentos e dificuldades, o que de certo os uniu e os fortaleceram no preparo para a luta e nos demais momentos requisitados por ela. Assim, tanto nos momentos de pensar os projetos para o assentamento, na estruturação de suas entidades representativas, no escoamento da produção e no viver do cotidiano do assentamento, que a construção continua de sua identidade camponesa foi se fortalecendo.

Palavras-chave: História de luta do Assentamento, Identidade Cultural Camponesa, História Oral.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as ocupações tornaram-se uma das principais formas de ingresso na terra. Essa forma de luta tem se intensificado e fortalecido a identidade de cada trabalhador/a camponês/a, que dentro de sua comunidade, de forma individual ou coletiva, vivenciou a luta política e a construção significativa de um projeto de vida. Elemento esse, que produziu os processos de espacialização e territorialização da terra, ou como disse Fernandes (1999, p.242), que é a expressão do resultado de cada conquista na terra, como exemplo pudemos aqui apresentar o Projeto de Assentamento Santa Lúcia/PB, que vem constituindo a ampliação de mais uma luta conquistada, a partir da resistência e atuação dos movimentos sociais que, na divergência com latifúndio e assentados, consegue mais uma fração de um território conquistado.

Entretanto, a luta pela terra traz suas marcas na efetiva busca da democratização territorial do nosso país. Esta ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra o latifúndio, surge com o propósito de reivindicação de direitos, em um árduo processo contra a exploração e expulsão dos trabalhadores rurais que residem no campo. Esse fator, estar associado ao modelo de capitalismo que produz desigualdade por um lado, e por outro estimula o desejo de luta e resistência dos/as trabalhadores/as.

Foi assim que ocorreu em todos os períodos da história, os camponeses buscaram jeitos de conquistar a terra, lutando através de movimentos contestadores e resistentes, como as lutas indígenas, as lutas dos quilombolas, as Ligas Camponesas, que como movimentos de resistências históricas, contra a escravização na terra, contra o cambão e o foro, buscaram através das construções coletivas, organizar-se tanto contra a escravidão, contra a expropriação e exploração, como também a expulsão da terra e do trabalho não assalariado. O que resultou na garantia de direitos essenciais, que não só se resumem a produzirem a terra, mas ao fortalecimento da identidade camponesa, ressaltado pela manutenção de aspectos da cultura e de seus modos de viver e sobreviver no campo.

Toda essa trajetória de luta dimensionou e potencializou a (re)construção da identidade de muitos/as trabalhadores/as ao longo da história, revelando a esperança da emancipação e conquista da cidadania dos povos camponeses. Também através das suas pautas reivindicativas, tem se fortalecido não só a conquista da terra como também redimensionado, através de expressões e linguagens, a revelação de seus saberes, o jeito de lutar, enfim, o jeito de educar de homens e mulheres do presente, mesmo sob a condição particular de ser um trabalhador ou trabalhadora sem (a) terra de trabalho. (CAVALCANTE, 2002, p. 36)

Fruto dessas reflexões e do desejo de pesquisar sobre a temática da luta pela terra foi que se origina esse estudo, sendo esse concebido em dois momentos complementares: primeiro por ser uma filha de assentado do Projeto de Assentamento Santa Lúcia¹, comunidade que resido, e que desde cedo, escuto das lideranças relatos sobre as dificuldades enfrentadas para a conquista da terra. Luta essa que desde a implantação do assentamento teve o apoio do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT), sindicato dos trabalhadores de Araçagi – PB, da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, além de ser fruto do empenho dos trabalhadores/as que, com o objetivo de conseguir a posse da terra e de superar os problemas de se viver num assentamento, enfatizam até a

¹ A partir dessa página quando falarmos de Projeto de Assentamento Santa Lúcia, utilizaremos a sigla PA Santa Lúcia.

presente data, exemplos de como fazer para alcançar a vitória. O segundo aspecto é resultado dos estudos realizados no componente curricular de Educação do Campo, em que fomos aprofundando essa temática e conhecendo algumas referências, que demonstraram em seus textos científicos as diversas formas de conflitos frente ao capitalismo no campo e as resistências dos movimentos sociais populares ao longo deste percurso.

Decorrente desses estudos, o fato de viver a realidade desses mesmos assentados/as, proporcionou o desafio e fez optar por um método que se aproximasse mais dessa realidade. Nesse sentido, escolher a História Oral objetivou avançar na clareza teórica e na prática de vida dos/as assentados/as, recuperando através do diálogo as formas de concepção do passado, presentes na memória de homens e mulheres que viveram a história. Ou como disse Alberti: “o que está em jogo nesta metodologia é a transformação das lembranças, episódios, períodos da vida, experiências, enfim, em linguagem”. (2004, p. 79).

Porém, em função do tempo dedicado ao trabalho de campo, fizemos um recorte da pesquisa que se constituirá a partir de uma análise dos aspectos históricos da luta pela terra e da identidade cultural dos/as assentados/as do Projeto de Assentamento Santa Lúcia, buscando destacar a voz daqueles/as que estavam e continuam na luta, após a conquista da terra. O intuito maior do trabalho foi buscar (re)construir a história desse território, na sua trajetória de luta, na organização do assentamento, no estabelecimento das suas conquistas de geração e ocupação de renda, especialmente para mostrar que um novo modelo de se viver na terra, pode ser feito a partir de um assentamento, pensando em toda sua complexidade como espaço/tempo não só da produção agrícola, mas como território da existência humana.

Buscaremos assim, compreender que a história de luta desse assentamento contribuiu para que a identidade desses sujeitos fosse se erguendo, isso porque a identidade representa o resultado das experiências e significados que os camponeses desse local foram firmando no árduo processo de sua humanização e de suas vidas.

Nesse movimento de pesquisa e estudo sobre as lutas pelas terras no Brasil e, particularmente, a dos assentados do PA Santa Lúcia, despertou-nos alguns questionamentos: Como se organizou a história da luta pela terra do Projeto de Assentamento Santa Lúcia? Quais os elementos dessa luta que influenciam na construção da identidade cultural desse povo, cuja origem está num projeto de Reforma Agrária? Como esses sujeitos foram se organizando e se formando no assentamento? Quais os aspectos que contribuem para a construção da identidade camponesa? Que perspectivas e dificuldades enfrentam na terra?

Com a finalidade de esclarecer tais questionamentos, são apresentados como caminhos a serem percorridos neste trabalho de pesquisa os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar a história de luta pela terra e a identidade camponesa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia.

Objetivos Específicos:

- Relatar a história de luta pela terra do Projeto de Assentamento Santa Lúcia;
- Identificar aspectos da identidade camponesa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia;
- Refletir sobre os elementos que compõem a identidade cultural e a formação do sujeito camponês.

A TERRA COMO UM DIREITO DO POVO DO CAMPO: HISTÓRIA DE LUTA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA LÚCIA

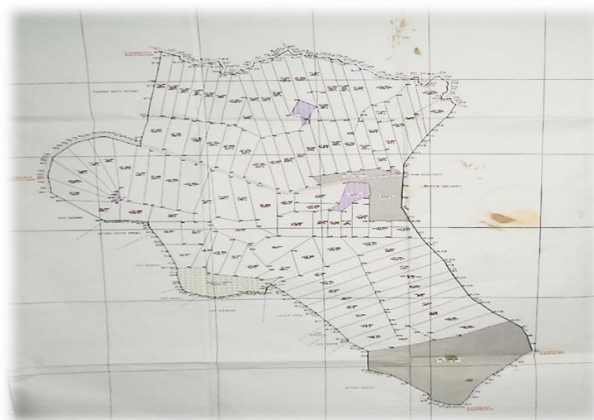


FIGURA 1: Mapa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia – 1997.

Fonte: Rayane Aquino.

O PA Santa Lúcia está localizado na zona rural do município de Araçagi – PB, com área de 1.041 hectares de terra, constituído por 100 famílias assentadas e mais 40 famílias agregadas, perfaz um total de aproximadamente 500 pessoas que residem nesse assentamento. Os/as assentados/as que ocupam com suas famílias este Projeto de assentamento trazem consigo marcas da construção de um processo de luta, de resistência e esperança de trabalhadores/as que tinham por finalidade resistir as opressões do fazendeiro.

Os marcos históricos que levou a desapropriação da terra do PA Santa Lúcia, diferente dos demais, não se originou de uma ocupação de terra, uma vez que os trabalhadores já exerciam atividades agrícolas na terra como “funcionários” do fazendeiro Dr. Walter

Maroja. Através da organização dos trabalhadores contra a expulsão da terra e reivindicação de seus direitos é que se iniciou a luta.

Esse assentamento surgiu inicialmente da resistência de vinte e seis trabalhadores/as, que com o apoio do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT) e do Sindicato dos Trabalhadores de Araçagi – PB, da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, utilizou das reivindicações para a realização da ação da ocupação da terra e a transformação de um assentamento rural.

Entretanto, aderir à luta não foi uma decisão simples para estes agricultores/as, pois muitas eram as dificuldades apresentadas ao longo do caminho, as quais exigiriam deles força e coragem para a superação dos obstáculos, especialmente frente as possibilidades de despejos, o medo de violência e sofrimentos e de enfrentar os capangas/jagunços do fazendeiro. Esses fatos históricos serão traduzidos nos pronunciamentos repletos de emoções, coragem, indignação dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.

A Trajetória Histórica e a Formação do PA Santa Lúcia – “a chegada e a vida na terra de trabalho”

Antes de ser um Projeto de Assentamento, esta terra recebia o nome de Fazenda Santa Lúcia. Tinha uma pequena organização comunitária, em 1988, e toda sua luta foi conduzida pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT), através da coordenação municipal de Socorro Barbosa e Maria Preta, as quais tiveram os primeiros contatos com representantes desta comunidade.

Esses contatos aconteciam nas reuniões de base na própria comunidade, no Sindicato dos Trabalhadores de Araçagi e nas formações que aconteciam na igreja. (Marluce, Animadora – Assentamento Santa Lúcia)

Em meados de 1993, o proprietário da Fazenda, Dr. Walter Maroja, sentindo a força da organização dos trabalhadores/as da localidade, convocou a primeira reunião em caráter oficial com representante do setor de arrecadação do INSS, cuja finalidade era do proprietário da fazenda assinar a carteira de trabalho de todos os prestadores de serviços. Vamos ouvir a voz de João Soares:

Tudo começou quando quatro trabalhadores foram pedir um aumento de salário ao patrão. O que ganhávamos era pouco e ele disse que não podia dar o aumento, mas ele queria apenas assinar as carteiras. E falamos doutor queríamos que o senhor assinasse os documentos, mas como ficará a nossa situação se trabalhamos aqui desde pequeno? E propomos um acordo e ele disse que também não fazia e ainda

disse: *aliás não sei se patrão faz acordo com trabalhador*, foi então que nós se negamos a proposta dele. Então ele foi a Guarabira e quando voltou trouxe Socorro Brito para nos convencer a assinar o documento. Nesse dia nos reunimos na igreja e lá foi apresentado que perante a lei ninguém poderia trabalhar de forma clandestina e que tinha que assinar a carteira, foi nessa hora que perguntei como ficaria a nossa situação em relação ao nosso tempo de serviço à anos atrás. Ela respondeu que nesse caso caberia a nós entrarmos num acordo com o patrão, mas ele não fazia de jeito nenhum. Segundo ela quando voltava pra casa ele ainda tentou convence-la a voltar em outro momento. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia).

O patrão pensou que não tínhamos direitos e mandou que fôssemos atrás deles

Com quinze dias, o patrão contratou um advogado para conversar com agente, todos os moradores foram chamados e com conversas bonitas esse advogado queria saber porque não queríamos assinar os documentos. Pois se o patrão quisesse ele mandaria arrancar a casa de vocês com um trator, falou ele. Ai foi perguntado: *quando vamos pedir uma telha para consertar a casa ele diz que a casa é nossa, agora ele pode derrubar a casa?* O advogado não falou nada e mais uma vez se notava que ele não queria negociação. Depois disso, esperamos mais quinze dias para outra conversa, pra ver a sua decisão e foi ai que ele disse: *eu não sei nem que existe esse direito de patrão fazer acordo com trabalhador, se existir procurem*. Então encontramos um advogado e tudo começou com quatro pessoas. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Com a negação do proprietário ao atendimento das reivindicações dos direitos adquiridos ao longo de 10, 20 e 30 anos vivendo e plantando na terra, os trabalhadores/as, orientados pela técnica do INSS, Socorro Brito, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, que encampou a luta e mediou o contato com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que passou junto com eles a negociar a terra dessa fazenda.

Não houve muito conflito, mas surgiram grande dificuldades.

O processo de luta pela terra começou no final do ano de 1991 para 1992, com ações trabalhistas na justiça. Primeiramente houve uma reunião para regularizar as carteiras profissionais das pessoas que trabalhavam para o Sr. Dr. Walter Maroja, participando desta reunião a fiscal Socorro Brito do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Após a reunião Socorro convocou o pessoal da CPT juntamente com representantes do sindicato dos trabalhadores de Araçagi e informou que era pra fazer uma assinatura da carteira e a partir dessa assinatura é que seria contado o tempo de serviço dos trabalhadores, só que muita gente já tinha mais 30, 40 e 50 anos que trabalhava na fazenda. Então entramos com uma ação trabalhista e foi dividido, uma parte entrou com Camilo Roseno e o pessoal da Pastoral da Terra - CPT e outra parte entrou com Dr. Teles, também advogado trabalhista. O grupo ficou um pouco dividido nas ações trabalhistas. Daí partimos para a ação da desapropriação, pedimos a desapropriação, o sindicato fez um ofício que mandamos para a Federação dos Trabalhadores. A CPT acompanhou junto com o Padre Mauro, representante da Paróquia São Sebastião – Araçagi/PB na época, nesse processo o sindicato foi quem realmente acampou, bancou as despesas. Depois disso a ação corria na justiça e o pedido de desapropriação. As ações na justiça eram repentinas, sempre tinha ação na justiça, nunca estávamos sossegados/as. O patrão entrava com uma ação e nós entrávamos com outra nos defendendo e assim chegaram-se a totalizar cerca de 38 ações judiciais para serem respondidas. É tanto que saiu o processo da desapropriação da terra e ainda tínhamos ações na justiça com um

mandado de prisão. Saiu na justiça a condenação de vinte trabalhadores, isso depois das audiências, ameaça de morte. O Fazendeiro alegou que os/as trabalhadores/as tinham queimado umas áreas de pastos nativos, equivalente a 400 hectares de pasto, até hoje ninguém sabe aonde ocorreu esse fato. O intuito dele era pedir a indenização dos trabalhadores desse pasto nativo. Passamos três anos nessa agonia, até que saiu a notícia da desapropriação da terra, em 1996. (Salete/Coopefruta-Assentamento Santa Lúcia)

Dando continuidade a história D. Marluce Aquino evidência outros fatores fundamentais:

... Daí por diante os trabalhadores ficaram como “coelhos de orelhas em pé.” Alguns empregados da fazenda foram pedir também um aumento de salário ao proprietário e este negou as reivindicações apresentadas e desafiou-os dizendo: *se vocês acham que tem direitos então vão procura-lo (...)* pensando ele que os trabalhadores fossem ficar parados. Nesse momento seguindo as orientações da técnica do INSS, os trabalhadores procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi – PB, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na época representada pelo advogado Dr. Camilo, o Padre Mauro que atuava como vigário da Paróquia São Sebastião, o Movimento Social de Mulheres Trabalhadoras que através da coordenação municipal de Socorro Barbosa e Maria Preta tiveram os primeiros contatos com representantes da comunidade através da realização de reuniões de base na localidade e passaram a negociar as terras da fazenda. Paralelamente foi elaborado um documento solicitando do poder público a desapropriação da terra, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em meio a essas mobilizações foram surgindo algumas organizações, à exemplo do Grupo de Mulheres que desenvolveram atividades voltadas a costura de roupas e criação de porcos. Enquanto catequista participei das reuniões de base junto com a companheira Socorro Brito Barbosa, ela trouxe um representante da CPT chamado Sr. Candido para ensinar os trabalhadores como plantar de forma correta, utilizando o método de curva de nível ensinado por ele. Na oportunidade o Sr. Candido orientou-nos para que fossemos resistentes, pois tínhamos direito de possuir a terra e direitos trabalhistas a serem alcançados. Os sonhos aumentaram e sentíamos a necessidade de começar a nos organizar e assim fizemos, começamos a trabalhar juntos em mutirão. Com a ajuda ou apoio da Carita, no trabalho de doação de alimentos, pudemos partilhar esses alimentos com as famílias, aprendemos a trabalhar em mutirão, fazendo o plantio de rama de batata doce e colhendo juntos. Em um dos momentos de trabalho com o mutirão chegou ao local uma pessoa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) com o nome de Jorge Delgado que disse: *se Dr. Walter soubesse que vocês estavam fazendo isso para botar ele no pau dava certinho pra vocês.* Na época o prefeito da cidade era o Sr. Dr. Monteiro (falecido) e o mesmo era contra a nossa luta. (Marluce Aquino/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Em troca de Direitos Trabalhistas para os moradores mais antigos da localidade, paralelamente foi elaborado um documento solicitando do poder público, a desapropriação da terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

De 1994 a 1996, esse processo de luta teve todo o apoio e o acompanhamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi e da CPT e demais entidades que tiveram papéis fundamentais no avanço da luta e na definição dos primeiros passos no fortalecimento dessa conquista.

O cotidiano na fazenda: momentos de reflexões.

No cotidiano da fazenda as famílias aprenderam a trabalhar de forma coletiva, dividindo o pouco espaço oferecido para os cultivos de sua sobrevivência e principalmente começaram a se organizar para a luta contra as opressões, perseguições, violências e a expropriação da terra. Nessa perspectiva, este momento carrega consigo grandes reflexões, na qual os trabalhadores criam condições básicas para se manterem na busca de seus sonhos e expressam os maiores exemplos de solidariedade e união.

Não era cada um por si, era um por todos e todos por um.

O dia a dia na fazenda era muito difícil, para os trabalhadores. Primeiro porque trabalhávamos e não recebíamos bem, e segundo porque não tínhamos onde produzir o que queríamos, apenas o necessário para comermos e sobreviver com nossas famílias, e olhe lá. Podemos aqui lembrar de uma cena que aconteceu depois que nos organizamos e buscamos os nossos direitos na justiça, é que foi marcada uma reunião pelo delegado de Araçagi na época do conflito com todos/as trabalhadores/as. Chegando ao conhecimento do sindicato e de Frei Anastácio, essa notícia, eles procuraram o delegado e o alertou que a questão desse movimento era de responsabilidade da justiça, mesmo assim ele foi, e estavam presentes nesse momento o Padre Mauro, Josuel que era o presidente do sindicato, o administrador da fazenda, o vigia e os trabalhadores. No entanto foi comunicado que só os trabalhadores e o delegado poderiam participar da conversa. Ai todos os trabalhadores recusaram a proposta, sendo assim todos foram chamados a participar e a finalidade da reunião era justamente para ordenar aos trabalhadores que colhessem uns milhos que tinham plantado em uma manga de roça e foi dado até um prazo para que isso acontecesse. Nesse dia foi perguntado quem era o chefe do movimento e ali foi dito que não existia chefe e que éramos um por todos e todos por um. Nesse período fomos até comparados a pintinhos e o mais velho do movimento a uma galinha. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

Nosso cotidiano era sofrido.

Antes o patrão tinha dado uma manga de roça para os trabalhadores plantarem, nós cultivávamos algodão, milho, batata, macaxeira, feijão. Mesmo assim posso dizer que passávamos necessidades comparado ao que temos agora. Quantas vezes procurávamos o que comer e não encontrávamos? E hoje somos ricos. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Os/s trabalhadores/as ao iniciarem esta luta, não buscavam apenas a desapropriação da terra ou uma ação para tirá-la do patrão, mas por condições básicas de sobrevivência. Desta forma, a conquista do PA Santa Lúcia foi apenas o primeiro passo da luta, uma vez que, depois desta conquista da terra outras reivindicações continuam, agora sendo direcionadas à construção de uma escola dentro da comunidade, a reforma das moradias, as reivindicações por saúde, entre outras. Nesse momento torna-se necessário que o trabalho esteja direcionado tanto para organização do assentamento em sua área produtiva como social.

Nessa perspectiva, valores como a união, a solidariedade, o trabalho coletivo e cooperativo, seriam elementos fundamentais para fortalecer a luta diária.

Mostramos resistência, não desistimos.

A reação do patrão foi forte, com certeza ele não gostou porque mandou os trabalhadores procurarem seus direitos e ele pensava que fosse uma brincadeira de mau gosto. Depois deu um de inocente e chamou todos para fazer um acordo. Alguns aceitaram com medo e foram morar na cidade de Araçagi e Itapororoca, 'na hora do pega pra capar', outros não aceitaram e foi aí que veio o Padre Luiz Pescarmona e disse: *muito cuidado nessa hora se não o patrão vai mamar na mamadeira e vocês vão ficar chupando o dedo. Coragem que os seus direitos estão garantidos.* Ao saber que os trabalhadores pretendiam se mobilizar, o proprietário Dr. Walter começou a vender parte das terras a pessoas de outros lugares, foi então que os trabalhadores começaram a procurar os seus direitos, lutando para permanecer na terra. Era por volta do ano de 1992 que esta luta se iniciou, a situação na fazenda foi piorando, os pais que compravam o leite para alimentar suas crianças tiveram esse direito cortado. Até uma água que se buscava em uma torneira localizada no bebedor do gado foi proibida de tirar. Serviços para os trabalhadores diaristas foram cortados não existia mais terrenos para se plantar. Quando os trabalhadores enfrentavam querendo fazer uma manga de serviço, o proprietário ordenava aos capangas que colocassem o gado dentro da plantação e estes capangas levavam as cercas de arame sobre o peitoral dos cavalos. As cercas eram quebradas ou arrastadas pelos animais empurrados por eles. Mesmo assim os trabalhadores mostravam resistência e não desistiam. Vinte e seis. Esse era o número de pessoas que arriscaram suas vidas e sofreram várias perseguições. Nesse conflito/luta pela terra não houve derrame de sangue, nem mortes porque o objetivo dos trabalhadores não era esse, por isso resistiram as provocações. (Marluce Aquino/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

A luta ainda continua.

Foi feita uma solicitação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com o pedido de desapropriação foram enviados fiscais e/ou agentes do INCRA, bem como algum representante ou técnico da instituição para fazer a vistoria da área/terra, através dessa vistoria foram feitas análises para comprovar se a terra era improdutiva ou não, e assim foi declarado que as terras da Fazenda Santa Lúcia eram improdutivas, pois não tinha produção agrícola, havia apenas criação de gado. Mesmo assim era pouca comparada a área de terra contida na mão do patrão chegando a somar cerca de 1.240 hectares. Quando soube que poderia acontecer a desapropriação o fazendeiro fatiou a propriedade em três partes, contudo ficamos com a maior parte totalizando 1.041 hectares de terra, graças a luta e o sangue do povo. A luta ainda continua. Foi dado um passo, conquistamos uma coisa aqui, ali conquistamos outra e estamos vivenciando ainda uma luta. Entretanto esta parte mais crítica durou cerca de três anos e meio. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Nossa luta não tinha sido em vão.

Estavam todos reunidos aqui em minha casa quando chegou a notícia da desapropriação da terra. Alguns moradores tinham visto a notícia pelo Jornal da Paraíba (JPB) e correram para nos falar, a alegria foi muito grande, nossa luta não tinha sido em vão. Depois da desapropriação foi dada 48h para que o patrão retirasse tudo que era dele da localidade. Ele levou tudo o que não estava na proposta do INCRA, os motores da casa de farinha e tudo o que tinha na igreja. A energia que ficou do lado da terra do patrão era clandestina, como não estavam pagando, a conta

veio para que pagássemos, foi então que pensamos em mandar cortar a energia que ligava a fazenda, aí para não fazermos isso propomos trocar a energia pela imagem de Santa Luzia que ele tinha levado da igreja, e assim foi feito, nossa Padroeira nos protegeu e continuou conosco. (João Soares – Assentamento Santa Lúcia)

A formiga ganhou do elefante.

Assim que a notícia da desapropriação chegou em nossos ouvidos, nem podíamos acreditar. Começamos a perguntar se outras pessoas tinham visto isso também na televisão. E foi confirmado. A formiga ganhou do elefante. A roda grande passou por dentro da pequena. Porque quem imaginária que trabalhadores pobres ganhariam a luta contra um patrão rico? Só Deus realiza isso e a união do povo. Tenho certeza que Nossa Senhora da Luz nos ajudou também, porque sua imagem tinha passado por aqui uma semana antes da nossa vitória. (João Celestino – Assentamento Santa Lúcia)

Com a desapropriação o PA Santa Lúcia passa a ser organizado de forma participativa, pelos próprios trabalhadores. Frente a essa afirmativa Silva diz que, “o assentamento é fruto da organização dos sem terra, é resultado de meses ou até anos de luta, onde os/as trabalhadores/as buscam o mesmo objetivo: conquistar a terra e materializar o sonho de sair da condição de excluídos” (2012, p. 46)

Nessa perspectiva, seguindo as exigências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os/as assentados/as lançam convites a outras famílias da região para serem beneficiadas com a terra.

O processo foi participativo, a comunidade sempre participava. E para construção de um Projeto de Assentamento cerca de 100 (cem) famílias deveriam ser nomeadas e/ou assentadas neste espaço, sendo este um requisito do INCRA, após a confirmação da desapropriação. E o número de pessoas que residia na fazenda era insuficiente para um programa de reforma agrária, porque eles tinham uma meta de 1.041 hectares. Não podiam ser divididas para 26 ou 28 famílias que moravam na localidade e aderiram à luta pela terra. Desta forma o INCRA fez com que nos organizássemos e tudo isso só aconteceu em uma reunião muito quente/fervorosa entre os trabalhadores e os apoios com representantes do instituto. Eles chegaram até impor a condição de que ou completávamos as 100 (cem) famílias com pessoas da nossa região ou eles mandariam famílias de outras áreas/regiões para completar esse número. Foi neste momento que fizemos os convites, foram indicadas várias pessoas, uns buscaram trazer para habitar na localidade seus irmãos, as famílias de outros lugares e completamos o número de cem famílias. Aqui temos gente que veio de Cipoal, Canafistula, Itapororoca, Araçagi, e outras localidades. Entre os que lutaram lembro-me do Sr. Luiz Cobé, como era conhecido, este que Deus já o chamou, mas que foi uma grande liderança da luta, o mesmo exercia trabalhos no sindicato dos trabalhadores na época. (Salette/Coopefruta – Assentamento Santa Lúcia)

Desta forma, seguindo as exigências do INCRA era necessário que no primeiro momento de organização, após a desapropriação da terra, fosse formada uma associação para que o PA Santa Lúcia tivesse sua representação jurídica e, que através dela, fossem adquiridos projetos sociais que beneficiassem as famílias assentadas.

Pensando na organização produtiva e comercial do PA foi criada uma Cooperativa, respectivamente no mesmo período que a associação. Devido à falta de informação na época, a mesma só veio atuar no final do ano 2010, sendo intitulada de Coopefruta dos Hortefrutigrangeiro de Araçagi, Itapororoca, Lagoa de Dentro e Adjacência LTDA – Coopefruta.

Nosso assentamento não é o mesmo de antes.

Nós temos associação, esta que foi fundada em agosto de 1996. Temos escrito no livro dos sócios 261 associados, sendo que alguns já faleceram. No início os sócios contribuíam com um valor de R\$2,00 para a associação. Hoje com a reformulação do Estatuto esse valor passou para R\$5,00. Já atuaram na associação vários presidentes, cada um deixando suas marcas e contribuições na medida do possível para desenvolver o assentamento. Temos também uma cooperativa que foi fundada há mais de 10 anos atrás, no entanto ela ficou apenas no papel. Agora formamos uma nova diretoria, resgatamos essa entidade que antes recebia o nome de Camasal e a intitulamos de Coopefruta dos Hortefrutigrangeiro de Araçagi, Itapororoca, Lagoa de Dentro e Adjacência LTDA – Coopefruta Assentamento Santa Lúcia, Zona Rural, Araçagi – PB, CEP: 58270-000, CNPJ: 02717.087/0001-48. O Assentamento não é mais o mesmo de antes, já avançamos bastante, ora com o acesso aos projetos Procera, ora com custeio, investimentos estiagem, etc. Através da associação junto com um técnico do Banco do Nordeste conseguiu uma pedra nas Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) do Recife, onde toda semana são levados em dois caminhões abacaxis para a venda direta ao consumidor. (Marluce/Catequista – Assentamento Santa Lúcia)

Diante de tais narrativas, nota-se que o/a sujeito/a do campo se forma em meio a luta, aprende de forma individual e coletiva, valoriza o que tem e, principalmente, reconhece o valor dentro de si mesmo. Porque quem participa de uma luta e a vence, tem muitas histórias e experiências para contar.

LIÇÕES APRENDIDAS COM A PESQUISA

Através desse trabalho de pesquisa, dos relatos emocionantes, repletos de sofrimentos e coragens de homens e mulheres entrevistados, fomos vivenciando as histórias de vida e de luta dos/as assentados/as e ao mesmo tempo aprendendo com essas experiências. Isso foi nos ajudando a reconstruir a história de luta e a identidade camponesa do PA Santa Lúcia.

A história do PA Santa Lúcia é fruto da luta e resistência de trabalhadores/as que desafiaram seus medos na busca incansável de seus direitos trabalhistas e da posse da terra, que apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi – PB, Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), e outros, conseguiram alcançar seus objetivos, frente à vitória e conquista da terra.

Foram vários os desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as do PA Santa Lúcia até alcançarem a desapropriação da terra. As perseguições, ameaças, o medo, as ações na justiça, fizeram-se presentes nessa luta. Entretanto, o desejo e a esperança de alcançar uma vida digna falava mais alto dentro de cada um desses/as trabalhadores/as, que diante das dificuldades lembravam sempre da música de Zé Vicente que dizia: “Quem é fraco Deus dá força, quem tem medo sofre mais. Quem se une ao companheiro, vence todo o cativo é feliz e tem a paz.”

Quando anunciada a desapropriação da propriedade pelo INCRA, constituiu-se o momento de uma grande partilha das terras para pessoas de outras localidades vizinhas que não tinham moradias próprias. As organizações e ações coletivas e solidárias foram referências para se conquistar o assentamento, pois os/as trabalhadores/as apressaram os passos. Todos se deram as mãos, somaram a corrente da luta com união, tendo Deus no centro de tudo, caminharam firmes transformando a nação.

Mas essa conquista foi apenas uma parte da luta, pois novos desafios surgiram e continuam surgindo no cotidiano de cada assentado/a. É por essa razão que constantemente são pensadas novas alternativas de organizações no âmbito do assentamento. O projeto de Reforma Agrária, na vida desses/as trabalhadores/as representou uma nova possibilidade de vida e de trabalho, mais satisfatória do que a realidade vivida na época do patrão.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Aprendizes da Terra: a voz a resistência do MST na Paraíba.** João Pessoa, UFPB/CE, 2002 (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979 - 1999). São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>>. Acesso em 22 de maio de 2014.

SILVA, Cristina Balbino. **A história e as práticas de organização produtiva e social do Assentamento Chico Mendes – Município de Riachão do Poço/PB.** Guarabira, UEPB, 2012. (Monografia de graduação)